

ENTRE A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA E O SIGNO IDEOLÓGICO: O POSICIONAMENTO DO SUJEITO NA CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA E NA SELEÇÃO DE FONTES

¹Flaviane Giroto

RESUMO

Objetivo: Desvelar a função ideológica do imperativo positivista no ato científico de pesquisar, propondo que a rigorosidade científica reside no posicionamento consciente do pesquisador face às relações de poder que estruturam a produção do conhecimento.

Método: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, cujo corpus de análise é composto por revisão teórica de autores da História Cultural e da Crítica Epistemológica. Os dados foram coletados por meio do estudo de obras fundadoras – De Certeau (2002), Bakhtin (1992), Foucault (2011) –, a partir das quais se fundamentam a Operação Historiográfica e o signo ideológico. O método empregado consiste em estudos bibliográficos, visando a problematizações a partir do discurso da neutralidade e à revalidação da subjetividade.

Resultados: A pesquisa bibliográfica revelou que a validade científica do pesquisador reside na confissão de seu lugar social e na capacidade de objetivar a si mesmo. Na aplicação à História da Educação, lê-se o currículo como Documento de Identidade e palco de estratégias de poder. Tal epistemologia do posicionamento estabelece um rigor mais contextualizado para as Ciências Humanas, engajado na transformação social.

Conclusão: Concluiu-se que a pretensão de neutralidade do sujeito cognoscente, herança do positivismo oitocentista, revela-se como um imperativo ideológico muito frágil no campo das Ciências Humanas e, particularmente, na História da Educação. Longe de garantir a objetividade, esse mito atua como um mecanismo de ocultação das dinâmicas de poder que permeiam tanto o fazer científico quanto a constituição da realidade social.

Palavras-chave: História da Educação; Operação Historiográfica; Signos e Significados; Currículo.

Editor Científico: Dayse Cristine Dantas Brito Neri de Souza
Editor Adjunto: Jurany Leite Rueda
Organização Comitê Científico
Double Blind Review pelo SEER/OJS
Recebido em 20.09.2025
Aprovado em 21.12.2025

GIROTO, F. Entre a operação historiográfica e o signo ideológico: o posicionamento do sujeito na crítica epistemológica e na seleção de fontes. *Docent Discunt*, Engenheiro Coelho, SP, v. 6, n. 00, p. e02051, 2025. DOI: <https://doi.org/10.19141/2763-5163.docentdiscunt.v6.n00.pe02051>

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - UNESP, São Paulo, (Brasil) E-mail: flaviane.giroto@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8254-3396>

BETWEEN THE HISTORIOGRAPHICAL OPERATION AND THE IDEOLOGICAL SIGN: THE SUBJECT'S POSITIONING IN EPISTEMOLOGICAL CRITIQUE AND SOURCE SELECTION

ABSTRACT

Objective: To unveil the ideological function of the positivist imperative in the scientific act of researching, proposing that scientific rigor lies in the conscious positioning of the researcher regarding the power relations that structure the production of knowledge.

Method: This is a qualitative bibliographic study whose corpus of analysis is composed of a theoretical review of authors from Cultural History and Epistemological Critique. Data were collected through the study of foundational works (De Certeau, Bakhtin, Foucault), from which the Historiographical Operation and the ideological sign are grounded. The method employed is critical-genealogical analysis, aiming to deconstruct the discourse of neutrality and revalidate subjectivity.

Results: The bibliographic research revealed that the scientific validity of the researcher resides in the confession of their social location and the capacity to objectify themselves. In its application to the History of Education, the Curriculum is read as an Identity Document and a stage for power strategies. This epistemology of positioning establishes a more contextualized rigor for the Human Sciences, engaged in social transformation.

Conclusion: It was concluded that the claim to neutrality of the knowing subject, an inheritance of nineteenth-century positivism, proves to be a very fragile ideological imperative in the field of the Human Sciences and, particularly, in the History of Education. Far from guaranteeing objectivity, this myth acts as a mechanism for concealing the power dynamics that permeate both scientific practice and the constitution of social reality.

Keywords: History of Education; Historiographical Operation; Signs and Meanings; Curriculum.

ENTRE LA OPERACIÓN HISTORIOGRÁFICA Y EL SIGNO IDEOLÓGICO: EL POSICIONAMIENTO DEL SUJETO EN LA CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA Y LA SELECCIÓN DE FUENTES

RESUMEN

Objetivo: Revelar la función ideológica del imperativo positivista en el acto científico de investigar, proponiendo que la rigurosidad científica reside en el posicionamiento consciente del investigador frente a las relaciones de poder que estructuran la producción del conocimiento.

Método: Se trata de una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, cuyo corpus de análisis se compone de una revisión teórica de autores de la Historia Cultural y de la Crítica Epistemológica. Los datos fueron recopilados a través del estudio de obras fundacionales (De Certeau, Bakhtin, Foucault), a partir de las cuales se fundamentan la Operación Historiográfica y el signo ideológico. El método empleado es el análisis crítico-genealógico, buscando deconstruir el discurso de la neutralidad y revalidar la subjetividad.

Resultados: La investigación bibliográfica reveló que la validez científica del investigador reside en la confesión de su lugar social y en la capacidad de objetivarse a sí mismo. En la aplicación a la Historia de la Educación, se lee el Currículo como Documento de Identidad y escenario de estrategias de poder. Dicha epistemología del posicionamiento establece un rigor más contextualizado para las Ciencias Humanas, comprometido con la transformación social.

Conclusión: Se concluyó que la pretensión de neutralidad del sujeto cognoscente, herencia del positivismo ochocentista, se revela como un imperativo ideológico muy frágil en el campo de las Ciencias Humanas y, particularmente, en la Historia de la Educación. Lejos de garantizar la objetividad, este mito actúa como un mecanismo de ocultación de las dinámicas de poder que impregnan tanto el quehacer científico como la constitución de la realidad social.

Palabras clave: Historia de la Educación; Operación Historiográfica; Signos y Significados; Currículo.

INTRODUÇÃO

A constituição do campo científico moderno, consolidada sob a égide do positivismo oitocentista, estabeleceu a neutralidade do sujeito cognoscente como o dispositivo central de validação epistemológica. Nessa perspectiva, a legitimidade do conhecimento estaria intrinsecamente ligada à capacidade do pesquisador de se ausentar e anular suas subjetividades, crenças e valores, permitindo que o objeto se revelasse em uma suposta neutralidade.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que tal isenção do sujeito opera como um signo ideológico que desmerece o lugar social do pesquisador. Ao adentrarmos as Ciências Humanas, mais especificamente a História da Educação, tal pretensão de neutralidade revela-se não apenas como impossibilidade ontológica, mas como um imperativo de vigilância epistemológica para que se valorize o posicionamento intrínseco a quem produz esse saber.

A neutralidade, longe de garantir a objetividade, atua frequentemente como um mecanismo de ocultação das dinâmicas de poder que permeiam a produção do saber. Como reflete Foucault (1979), tal pretensão descaracteriza justamente o ponto de partida do cientista e as motivações que sustentam sua prática.

No contexto da pesquisa em Educação, onde lidamos com a formação humana, currículos e memória, a tentativa de silenciar o “eu” do pesquisador resulta em reflexões desconectadas das tensões sociais que constituem tanto o sujeito pesquisador quanto o objeto apreciado.

Este artigo parte, portanto, de uma premissa oposta: o pesquisador é um sujeito inerentemente posicionado, cuja iniciativa e prática de pesquisa já o isentam de qualquer neutralidade. A escolha do tema, o recorte temporal e a seleção das fontes não são atos burocráticos, mas decisões valorativas. De acordo com Weber (1982), a própria definição do que é digno de ser sabido — a relação com valores — é guiada pelos interesses culturais do cientista. Para tanto, este artigo destaca que não apenas o recorte, mas a própria análise e a escrita são impregnadas de valorações.

Para embasar teoricamente a legitimidade — e a necessidade — da presença do sujeito na pesquisa, propomos uma articulação entre dois eixos teóricos: a Filosofia da Linguagem do Círculo de Bakhtin (1992) e a Historiografia de Michel De Certeau (2002). Do diálogo com Bakhtin (1992), extraímos a compreensão de que a consciência e a linguagem são fenômenos sociais e ideológicos, uma vez que não existe palavra neutra. Em De Certeau (2002), apropriamo-nos do conceito de Operação Historiográfica para operacionalizar a análise, situando o fazer científico em um lugar social, uma prática e uma escrita. Essa tríade permite que o rigor da pesquisa não resida na ausência do sujeito, mas na objetivação de sua subjetividade.

A hipótese que defendemos é a de que a assunção da subjetividade e do lugar de fala do pesquisador, quando exercida com rigor teórico e reflexividade, constitui um verdadeiro critério de cientificidade. Longe de ser um viés que macula a pesquisa, o posicionamento explícito é a condição para uma análise semiótica das repartições culturais e dos documentos que compõem o corpus da História da Educação.

2. O CIENTISTA COMO SUJEITO DIALÓGICO: A INEVITABILIDADE DA IDEOLOGIA

Para problematizar a neutralidade científica, é preciso, primeiramente, interrogar a natureza daquele que conhece: o sujeito. As mudanças linguísticas e sociológicas do século XX tiveram contribuições decisivas da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky (2000) e da Filosofia da Linguagem de Bakhtin (1992). Se, para Vygotsky (2000), as funções psicológicas superiores são gêneses sociais, formadas na interação com o outro, no Círculo de Bakhtin encontramos o refinamento dessa ideia aplicada à linguagem, matéria-prima do trabalho científico. Bakhtin (1992)

estabelece que a consciência não é um dado biológico a priori, mas um produto socioideológico que só se materializa por meio dos signos.

Não há, portanto, pensamento sem linguagem, e não há linguagem sem sociedade. O pesquisador, antes de ser um cientista, é um ser social que pensa e se expressa por meio de signos que não lhe pertencem exclusivamente. São signos compartilhados, carregados de história e valores. Nesse sentido, Bakhtin afirma que:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Sem signos não existe ideologia (Bakhtin, 1992, p. 31).

Ao compreender que, onde quer que um signo esteja presente, a ideologia também está, somos levados à reflexão de que o texto científico é uma construção ideológica. As palavras que utilizamos para descrever um fenômeno não são signos neutros colados sob as coisas, mas são, antes, índices valorativos que refletem visões de mundo em disputa.

O signo, longe de ser um reflexo passivo da realidade, é um elemento ativo de refração. Ele distorce, ilumina e obscurece, dependendo do horizonte social de quem o enuncia. Bakhtin vai além, caracterizando a palavra como o palco de conflitos sociais:

O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir (Bakhtin, 1992, p. 46).

Ao validar a plurivalência social do signo no ofício do historiador da Educação, percebe-se que o ato de narrar uma instituição ou prática pedagógica não é uma descrição passiva, mas caracteriza a entrada em uma arena de disputas. O pesquisador não apenas relata; ele seleciona vozes, atribui acentos valorativos e, ao fazê-lo, exerce posicionamento. Como aponta Bakhtin (1992), o historiador é quem conserva vivacidade aos signos ideológicos, reanimando-os a partir de suas próprias urgências sociais. Para Bakhtin:

A memória da história da humanidade está cheia destes signos ideológicos defuntos, incapazes de constituir uma arena para o confronto dos valores sociais vivos. Somente na medida em que o filólogo e o historiador conservam a sua memória é que subsistem ainda neles alguns lampejos de vida (Bakhtin, 1992, p. 46).

Essa perspectiva dialoga diretamente com a sociologia do conhecimento de Bourdieu (1997), já que desmonta a ideia de que o campo científico seria um espaço de busca desinteressada pela verdade. Ao contrário, ele o define como um campo de forças e de lutas, onde os agentes (pesquisadores) disputam a legitimidade científica e a competência técnica.

O pesquisador é dotado de um *habitus*, um sistema de disposições adquiridas que orienta sua percepção. A neutralidade é, muitas vezes, apenas a cegueira em relação ao próprio *habitus*. Bourdieu (1997) argumenta que a verdadeira objetividade não nasce da isenção, mas da reflexividade, ou seja, da capacidade do sujeito de objetivar a si mesmo, já que, para ele, é preciso que o sujeito seja objeto de autoanálise para compreender os efeitos sociais que a sua posição no campo exerce sobre a sua atividade científica.

Portanto, a neutralidade positivista minimiza a subjetividade do social. O cientista que se diz neutro é aquele que, inconscientemente, reproduz a ideologia dominante, naturalizando-a. Em contrapartida, o pesquisador fundamentado na teoria dialógica e na reflexividade crítica assume sua posição. Ele reconhece que seu “eu” é um “eu-para-o-outro”, constituído na alteridade, e que sua escrita é uma resposta a questões que seu tempo e seu grupo social lhe colocam.

A iniciativa de pesquisar nunca é um ato solitário ou desinteressado, mas um ato de resposta à realidade. E, se o sujeito é ideológico em sua constituição, como essa ideologia se traduz metodologicamente no ato de escrever a história? É aqui que a “Operação Historiográfica” de De Certeau (2002) se torna a ferramenta indispensável para a reflexão.

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA E CONCEITUAL: À LUZ DE DE CERTEAU

O presente estudo adota abordagem de natureza epistemológica e qualitativa. O método aqui empregado consiste na operacionalização de categorias teóricas para a análise crítica da produção do conhecimento. Para tanto, utilizamos a Operação Historiográfica de De Certeau (2002) como dispositivo analítico central. Este

procedimento permite objetivar a prática da pesquisa em três pilares fundamentais: o lugar social, a prática e a escrita, transformando a reflexividade teórica em um instrumento aplicável ao campo da História da Educação.

Se o Círculo de Bakhtin (1992) nos revela que o pesquisador é um ser ideológico, a Operação Historiográfica de Michel de Certeau (2002) oferece a estrutura necessária para materializar essa constituição na práxis da investigação. De Certeau (2002) rompe com a ideia de que a história é uma ciência contemplativa, definindo-a como uma operação que, em seu tríplice vetor (lugar, procedimentos e escrita), desmascara o papel ativo e situado do sujeito.

Na prática historiográfica educativa, essa operação significa que a escolha de um arquivo escolar ou a análise de um currículo não são atos puramente técnicos, mas produções que dependem do lugar ocupado pelo historiador. A Operação Historiográfica não é um método asséptico, mas sim um dispositivo que só existe pela mediação de um sujeito que recorta, organiza e nomeia. O verdadeiro rigor científico exige, portanto, a análise profunda de cada componente dessa operação.

3.1. O Lugar Social do Pesquisador: O Imperativo da Reflexividade

O primeiro vetor da operação, o lugar social, constitui o ponto de partida do qual se fala e onde se recebe a legitimação para o discurso científico. Esse lugar – a instituição, o programa de pós-graduação, bem como os recortes de classe e gênero do pesquisador – não é um mero endereço geográfico, mas uma determinante estrutural que define o horizonte de possibilidades da pesquisa.

O sujeito que opera a investigação é forjado em um campo científico (Bourdieu, 1997) atravessado por disputas de capital simbólico. Seu *habitus* acadêmico impõe direcionamentos temáticos; a escolha de estudar a História da Educação sob uma perspectiva crítica, por exemplo, configura uma ação posicional deliberada frente a linhagens funcionais. O lugar social confere autorização ao pesquisador, ao mesmo tempo que estabelece limites e métodos legítimos, funcionando como um mecanismo de controle discursivo que é, essencialmente, político.

Para De Certeau:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que [é] circunscrito por determinações próprias [...]. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes são propostas se organizam (De Certeau, 2002, p. 66-67).

A consciência dessa subjetividade constitui uma ferramenta de vigilância para compreender os pressupostos ideológicos que o lugar de produção impõe. A presença explícita do sujeito no texto, ao evidenciar o seu lugar de fala, não representa um narcisismo acadêmico, mas um imperativo de honestidade intelectual que desarma a pretensão de universalidade do discurso positivista.

3.2. A Repartição Cultural e o Poder: O Recorte como Ato Político

O segundo vetor, o procedimento ou prática de análise, é onde a ideologia se manifesta no gesto mais elementar da pesquisa: a escolha. De Certeau (2002) define a repartição cultural como o gesto fundacional de selecionar, entre a massa caótica da realidade, aquilo que será elevado ao estatuto de fonte.

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos, mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. [...] Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. [...] É o vestígio dos atos que modificam uma ordem recebida e uma visão social (De Certeau, 2002, p. 81).

Essa repartição é intrinsecamente ideológica e constitui o ponto de intersecção com a teoria. Ao exercer esse poder de seleção, o pesquisador isola os signos que serão acentuados em sua arena de valores, legitimando sua própria perspectiva analítica.

Ademais, o gesto de repartir é fundamentalmente político, pois a escolha do documento e o seu tratamento revelam a relação saber-poder. Ao definir o que é “fonte primária” e o que é “relato secundário”, o pesquisador reafirma ou subverte as hierarquias discursivas analisadas por Foucault (2011). Na História da Educação, a análise de um objeto – como um caderno escolar ou um registro de classe – só

adquire legitimidade quando o pesquisador lhe confere estatuto documental a partir de um referencial teórico-metodológico.

A não neutralidade reside na consciência de que o excluído – o que De Certeau (2002) denomina de retorno do excluído – é tão constitutivo quanto o que foi incluído. A pesquisa que assume seu posicionamento realiza um trabalho de escavação, buscando as vozes que a repartição cultural hegemônica tendeu a silenciar.

3.3. A Escrita Historiográfica: O Texto como Enunciado e Fábrica de Verdade

O vetor final da Operação Historiográfica é a escrita – o texto ou artigo que se materializa como produto final da pesquisa. Este é o ponto em que a teoria do enunciado de Bakhtin (1992) e a retórica de De Certeau (2002) se fundem, já que a escrita não é apenas o registro de descobertas, mas a construção narrativa de uma inteligibilidade.

O artigo científico funciona como um enunciado dialógico dirigido a um auditório específico (o campo acadêmico, os pares, os periódicos) e, portanto, é carregado de intencionalidade e de um acento valorativo que Bakhtin (1992) define como inerente a toda palavra social. Como afirma De Certeau, “A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter; com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas” (2002, p. 66).

A não neutralidade, neste estágio, assume-se como um compromisso de rigor ético. Ao reconhecer que sua escrita é uma operação posicional, o pesquisador rompe com a autoridade monológica e oferece ao leitor as condições para a dialética crítica. Em suma, o rigor científico nas Ciências Humanas e na História da Educação não reside na supressão do sujeito, mas na sua presença reflexiva e confessa. É a explicitação do caráter ideológico do discurso que permite ao outro (o leitor) situar a produção e participar do diálogo científico de forma plena.

4. O Currículo como Documento de Identidade: O Posicionamento como Necessidade Analítica

A aplicação da abordagem metodológica descrita ao campo da História da Educação permite redefinir o estatuto do objeto “currículo”. Ao assumir o

posicionamento reflexivo como premissa, o currículo deixa de ser observado como uma prescrição técnica de conteúdos para ser compreendido como um signo ideológico materializado. A seguir, detalham-se os achados dessa articulação sobre a natureza política do currículo e a premência da não neutralidade para sua investigação.

A força da articulação estabelecida entre Bakhtin (1992) e De Certeau (2002) reside na capacidade de transpor a discussão epistemológica para a análise documental. Se o pesquisador opera a partir de um lugar social, utilizando um enunciado posicionado, ele encontra no currículo um objeto que é, em si, a materialização de estruturas de poder. O currículo configura-se, simultaneamente, como signo ideológico por excelência e como instrumento de repartição cultural em ato.

Indica-se que, ao assumir o posicionamento reflexivo, o currículo deixa de ser observado como uma lista de conteúdos neutros para ser compreendido como um signo ideológico materializado. A seguir, detalham-se os achados dessa análise sobre a natureza política do currículo e a necessidade da não neutralidade para sua compreensão.

A força da articulação teórica estabelecida entre Bakhtin e De Certeau reside em sua capacidade de transpor a discussão epistemológica para a análise concreta do objeto na História da Educação. Se o pesquisador opera a partir de um lugar social, utilizando um enunciado ideológico, ele encontra no currículo um campo em que o objeto de estudo é, ele próprio, a materialização de uma estrutura de poder e ideologia. O currículo, nesse sentido, é, ao mesmo tempo, signo ideológico por excelência e instrumento de repartição cultural em ação.

A exigência de posicionamento do pesquisador é, portanto, diretamente proporcional à natureza política do objeto analisado. Longe de ser uma lista neutra de conteúdos, o currículo é a concretização de uma seleção cultural, uma das repartições culturais mais decisivas na sociedade. Michael Apple (1989), em sua crítica, argumenta que o currículo é um processo ativo que envolve escolhas sobre quem é o que será considerado conhecimento legítimo, escolhas estas intrinsecamente carregadas de interesses econômicos e de classe.

4.1. O Currículo como Signo Ideológico e Documento de Identidade

A leitura do currículo como campo de disputa é epistemologicamente validada pela teoria do signo. Se o signo é a arena da luta de valores (Bakhtin, 1992), o currículo constitui o conjunto de enunciados que materializam as hegemonias em disputa. Tomaz Tadeu da Silva reforça essa perspectiva ao categorizar o currículo como um “documento de identidade” (Silva, 1999). O currículo, por meio de seus conteúdos e, sobretudo, de seus silêncios, não apenas transmite saberes, mas ativamente produz identidades, hierarquizando e validando sujeitos.

No fundo das teorias do currículo está, pois, uma questão de “identidade” ou de “subjetividade” [...]. Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo, pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente envolvido naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade. (Silva, 1999, p. 15-16)

O pesquisador, por sua vez, assume a responsabilidade de ler as categorias do currículo – o signo curricular – não como prescrições didáticas, mas como índices valorativos que refratam as relações de poder. A subjetividade científica manifesta-se, assim, na capacidade do pesquisador de identificar o acento ideológico em disputa, conferindo visibilidade às culturas e saberes deslegitimados nas entrelinhas das políticas educacionais. Nesse estágio, o pesquisador posicionado exerce sua função de crítica material do discurso, transformando a análise histórica em um instrumento de desconstrução das hegemonias.

4.2. A Operação Historiográfica Contra a Naturalização do Currículo

O rigor da pesquisa em História da Educação exige a desnaturalização do presente. Goodson (1995), ao analisar as políticas de currículo e de escolarização, demonstra que as disciplinas escolares hoje percebidas como essências universais são, na verdade, construções sociais e históricas contingentes, fruto de lutas por legitimidade e status entre diferentes grupos acadêmicos e profissionais.

Para De Certeau (2002), a Operação Historiográfica é a ferramenta que permite ao pesquisador confrontar essa naturalização, manifestando-se em frentes

analíticas cruciais. A primeira é a repartição cultural no objeto, uma vez que o currículo é, em si, a repartição cultural que a sociedade, por meio dos grupos dominantes, impõe à Educação, definindo quais conhecimentos sobreviverão e quais morrerão. O pesquisador deve, em sua análise, desvendar os critérios de exclusão dessa repartição. A segunda frente é a repartição cultural no sujeito: o próprio pesquisador faz uma repartição cultural ao escolher quais fontes marginais (em termos hegemônicos) vai legitimar como documento para narrar a história da exclusão, o que De Certeau (2002) chama de “o retorno do excluído”.

Essa dupla repartição, a exercida pelo Estado na conformação do currículo e a operada pelo pesquisador em seu recorte analítico, evidencia que a neutralidade, além de inviável nas pesquisas historiográficas, também traz uma omissão de caráter ético-epistemológico. Entretanto, a presença do sujeito no texto constitui o reconhecimento de que o recorte metodológico é uma escolha orientada. Ao explicitar seus critérios de inclusão e exclusão, o investigador assume a responsabilidade política de sua narrativa, transformando a análise em um exercício de vigilância crítica e de justiça social perante o objeto.

4.3. Táticas do Cotidiano e a Validação da Agência

A validação da subjetividade do pesquisador atinge seu ápice na capacidade de transcender a denúncia da estrutura para identificar a agência dos sujeitos históricos. A pesquisa crítica não deve observar o aluno e o professor apenas como receptores passivos das estratégias institucionais, mas como sujeitos que tensionam e reinventam o cotidiano escolar.

Enquanto o currículo oficial representa a estratégia do poder (imposta a partir de um lugar de autoridade), a prática cotidiana é marcada pelas táticas – as formas de subverter, desviar e ressignificar as regras no campo do outro (De Certeau, 2008). O pesquisador posicionado e reflexivo busca, nos vestígios da prática, os indícios dessas táticas: a ressignificação do conteúdo, o uso imprevisto do material didático ou a atribuição de um “acento” valorativo (Bakhtin, 1992) não previsto pela ideologia oficial.

O rigor científico desta abordagem reside em demonstrar que a sensibilidade teórica do pesquisador é um vetor privilegiado para detectar tais táticas. A objetividade positivista, ao focar primordialmente no que é institucionalizado – a

estratégia –, tende a negligenciar as microrresistências. A epistemologia do posicionamento consolida-se, assim, como uma via potente para validar a agência dos sujeitos no campo da História da Educação, permitindo que a análise histórica recupere a vida que pulsa sob as estruturas normativas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo ofereceu subsídios epistemológicos capazes de confrontar o mito da neutralidade científica que, historicamente, balizou as normas de validação nas Ciências Humanas. Por meio da articulação teórica entre a teoria do Signo Ideológico de Bakhtin (1992) e a Operação Historiográfica de De Certeau (2002), demonstrou-se que a presença do sujeito pesquisador – orientada pela reflexividade crítica – constitui a condição de possibilidade para a significação e a profundidade da análise documental e social.

A investigação revelou que a Operação Historiográfica (De Certeau, 2002) é o campo em que a subjetividade se converte em método. O ato de fazer pesquisas históricas, desde o gesto inicial de corte e seleção, configura uma repartição cultural que impossibilita a neutralidade. O pesquisador atua como agente ativo na produção do saber, em uma prática atravessada pela voz do sujeito que, conforme a perspectiva bakhtiniana (Bakhtin, 1992), imprime um acento ideológico em cada signo. O rigor científico reside, portanto, na confissão desse lugar social e na capacidade do sujeito de objetivar a si mesmo, garantindo uma análise consciente de sua própria teleologia e das implicações de poder nela contidas.

A validade científica desta abordagem confirma-se em sua aplicação à História da Educação. O currículo, compreendido como documento e palco de estratégias de poder, revela-se como uma estrutura inerentemente política. Somente o pesquisador que assume suas motivações e questionamentos está apto a desvendar a seleção simbólica da repartição curricular, identificando tanto o “retorno do excluído” quanto as táticas de resistência e agência dos sujeitos escolares no cotidiano.

Conclui-se que a epistemologia do posicionamento não apenas defende a legitimidade da subjetividade, mas a estabelece como o fundamento de um rigor mais elevado para as Ciências Humanas. Trata-se de um rigor que, ao renunciar à assepsia impossível do positivismo, compromete-se com a complexidade do real e

com a responsabilidade ética da produção do conhecimento voltada à transformação social.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Revisando a ideologia e o currículo. In: MOREIRA, Antônio Flávio (Org.). *Currículo: questões atuais*. Campinas: Papirus, 1989.

BAKHTIN, M. M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, Andrea Paula dos. Trajetórias da História Social e da Nova História Cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho. In: *IX Simpósio Internacional Processo Civilizador*, 9. ed., 2005, Ponta Grossa, Paraná. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/185769489/Trajektorias-da-historia-social-e-da-historial-cultural>. Acesso em: 07 nov. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais e na Política Social. In: *Ensaio de Sociologia*. Organização e tradução: Gabriel Cohn. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.